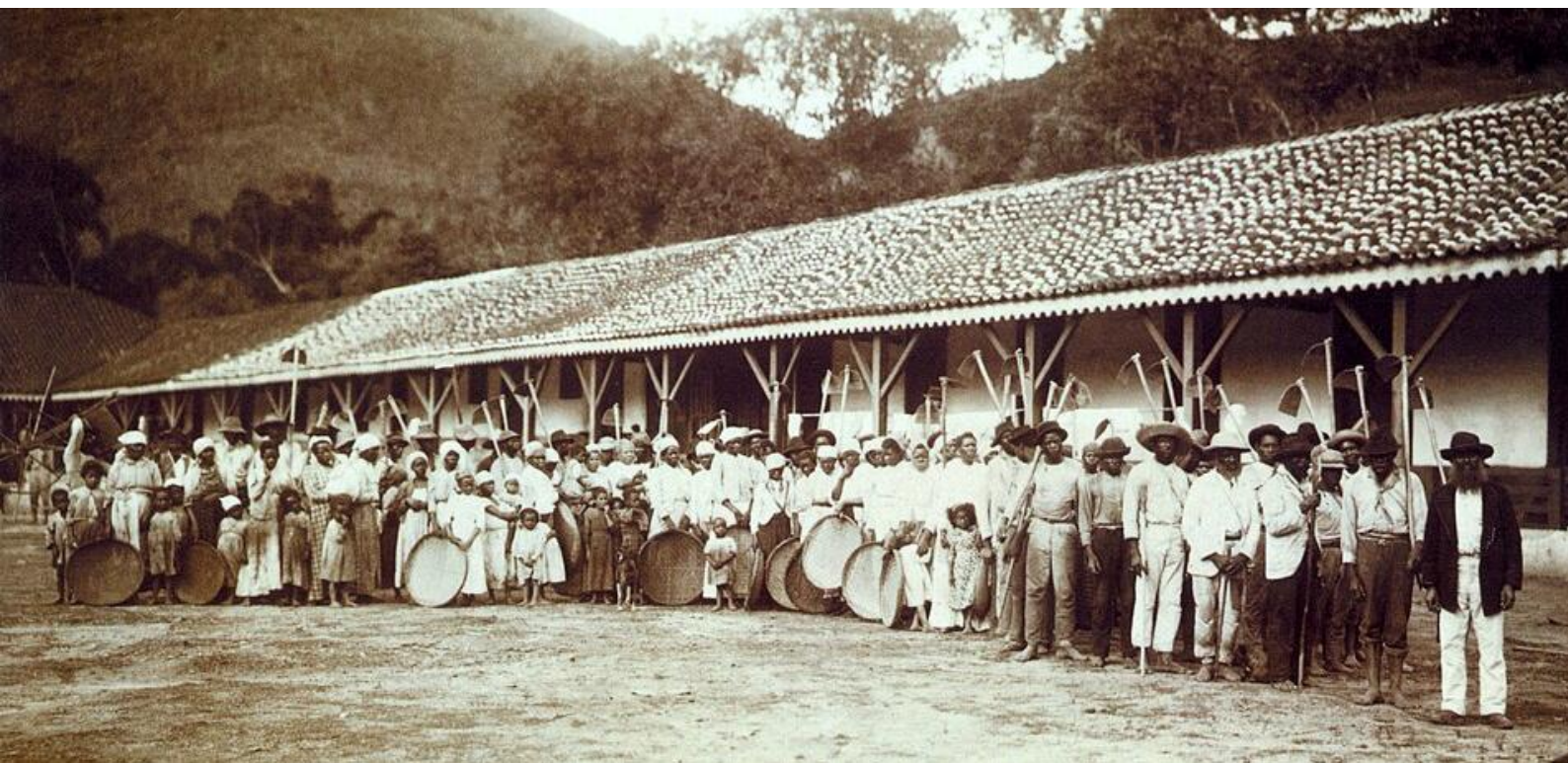


Revista mantida por grupos de pesquisa em História sediados na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), na Universidade Federal de Sergipe (UFS) e na Universidade Regional do Cariri (URCA), especializada na publicação de capítulos de revisão e resenhas de livros de História e Memória.



Escravos numa fazenda de café no Brasil (1885) | Foto: Marc Ferrez/[Lago, 2005/Wikipedia](https://www.flickr.com/photos/marcferrez/2005/)

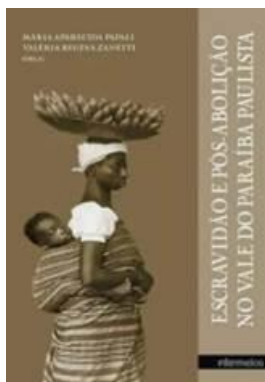
Protagonismo de escravizados e libertos – Resenha de *Escravidão e pós-abolição no Vale do Paraíba Paulista*, organizada por Maria Aparecida Papali e Valéria Regina Zanetti

Bruna Santos Lima (UFS)

Resumo: *Escravidão e pós-abolição no Vale do Paraíba Paulista*, organizada por Maria Aparecida Papali e Valéria Regina Zanetti, visa evidenciar a resistência e o protagonismo de escravizados e libertos. Apresenta tabelas ilegíveis e transcrições extensas, mas destaca-se pela riqueza documental, organização coerente e contribuição ao campo historiográfico.

Palavras-chave: escravidão; pós-abolição; resistência negra; Vale do Paraíba.

A obra *Escravidão e pós-abolição no Vale do Paraíba Paulista*, organizada por Maria Aparecida Papali e Valéria Regina Zanetti, foi lançada em 2022 pela Editora Intermeios. Trata-se de uma coletânea que tem por objetivo apresentar diferentes narrativas históricas, colocando os escravizados e libertos como agentes sociais e contrapondo-se à noção de coisificação e alienação. O prefácio "*Nos vales oitocentistas: caminhos para a pesquisa histórica*", Flávio Gomes destaca a contribuição da obra para o enriquecimento do debate historiográfico e das produções de memória histórica no campo da escravização e do pós-abolição.



Maria Aparecida Papali, doutora em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), é docente permanente da pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional, da Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP). Valéria Regina Zanetti possui doutorado em História Social pela mesma universidade, é docente do curso de História e Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade do Vale do Paraíba. A coletânea é o resultado de atividades desenvolvidas pelo Laboratório de Pesquisa e Documentação Histórica da UNIVAP, com apoio da FAPESP. Elas reúnem trabalhos de graduandos e pós-graduandos que pesquisam acerca das localidades de Taubaté, Pindamonhangaba, São José dos Campos, Paraíba e Jacareí, no âmbito da escravização e do pós-abolição, e está dividida em duas partes: a primeira, sobre a escravização, contém sete capítulos; e a segunda, destinada ao pós-abolição, contém treze capítulos.

Os capítulos primeiro e segundo têm como objetivo compreender a resistência escravizada e as relações de tensão entre senhores e escravizados. Para isso, os autores utilizam processos criminais relacionados às rebeliões de escravizados. Eles concluem que a resistência foi constituída a partir das relações escravistas e de suas consequências, criticando a coisificação e a alienação dos sujeitos escravizados. Utilizam os processos criminais para evidenciar resistência e processo histórico de busca por liberdade e afirmação do status de sujeito histórico.

Os capítulos terceiro e quarto continuam a reflexão sobre o período escravista e as formas de resistência. Além disso, trazem à tona a complexidade das relações entre senhores, escravizados e feitores. Os autores do capítulo três apresentam uma dualidade nesse período: utilizando processos criminais como fonte, mostram escravizados que gozavam de certa liberdade e possuíam bens; por outro lado, destacam libertos que tiveram sua liberdade contestada. O capítulo quatro tem como objetivo compreender como se deram os processos de libertação com base nas leis escravistas e abolicionistas. Nesse sentido, os capítulos evidenciam a diversidade e a complexidade das relações escravistas na região do Vale do Paraíba Paulista, bem como as formas de resistência, como as fugas e os recursos à justiça.

Os capítulos quinto e sexto trazem reflexões sobre a resistência dos escravizados e o uso da justiça como instrumento para reivindicar o direito à liberdade. O capítulo quinto apresenta dados quantitativos para mensurar a aplicação da Lei do Sexagenário, utilizando ações movidas pelo Juiz de Órfãos. O capítulo sexto analisa a atuação de dois abolicionistas – o coronel Rocha Martins e o advogado Antônio Henrique Fonseca – acusados de incitar rebeliões escravas. O objetivo do capítulo quinto é rastrear e mensurar a recorrência à justiça por meio da Lei do Sexagenário. Já o capítulo sexto evidencia formas de resistência que não se restringem apenas aos escravizados. Além disso, revela os temores e as

desconfianças dos senhores escravocratas que defendiam a manutenção da ordem escravista.

Os capítulos oitavo e nono abordam o período do pós-abolição, utilizando como fontes as ações de tutela. O oitavo capítulo discute o trabalho infantil e as formas de recrutamento dessas crianças, que ocorriam por meio de ações de tutela, contratos de soldados. O nono apresenta mães que recorriam à justiça para reivindicar a guarda de seus filhos, anteriormente concedida a terceiros. Os autores destacam o contexto de preconceito e discriminação contra mulheres pretas, pardas e libertas, cuja capacidade de criar os próprios filhos era frequentemente questionada, o que as levava a acionar o Judiciário na tentativa de reaver esse direito. Observa-se que os processos cíveis do período pós-abolição revelam a resistência dessas mulheres em uma sociedade marcada pela desigualdade.

Os capítulos 10, 11 e 13 utilizam as ações de tutela como fonte principal. O 10 tem como objetivo compreender essas ações e as fugas empreendidas por crianças como forma de resistência aos maus-tratos, abusos, exploração e às precárias condições de vida a que eram submetidas. O capítulo 11 demonstra a complexidade da relação entre o tutor e a família do tutelado. Já o capítulo 13 aborda a luta e a resistência de uma mãe liberta para reaver o direito à guarda de seus filhos. Os autores constataam que as ações de tutela, trabalho realizado por crianças consideradas órfãs, representavam uma forma de substituição da mão de obra escravizada.

Os capítulos 7 e 12 abordam o período do pós-abolição. O objetivo do 7 é destacar a produção do *Dicionário da Escravidão Negra*, o contexto em que a obra foi escrita, bem como a trajetória de seu autor, Clóvis Moura. Os autores ressaltam a importância tanto da obra quanto do autor para os estudos sobre o pós-abolição. Já o capítulo 12 tem como objetivo compreender a trajetória de repressão sofrida pelas casas espíritas em São José dos Campos. Os autores apontam que os motivos da repressão não eram essencialmente religiosos, mas estavam fortemente ligados ao preconceito racial contra as pessoas negras que praticavam essa religião.

Os capítulos 14 e 15 utilizam as ações de tutela como fonte principal. O capítulo catorze tem como objetivo compreender o contexto de discriminação, racialização e limitação enfrentadas pelas mães libertas. Os autores destacam que essas mulheres ainda estavam vinculadas ao passado escravista, sendo discriminadas por sua cor e gênero, o que as impedia de exercer plenamente a cidadania. O capítulo quinze aborda a resistência de órfãs e tuteladas que foram maltratadas e abusadas sexualmente, e que recorreram à justiça. No entanto, suas denúncias foram frequentemente questionadas com base em argumentos misóginos e discriminatórios.

Os capítulos 16, 17 e 18 apresentam uma diversidade de referências, como o capítulo de número 18, que cita autores como Petrônio Domingues, Flávio Gomes e Maria Aparecida Papali. O décimo sexto capítulo trabalha com fontes jornalísticas e traça a trajetória de um liberto que, ao contrair dívidas, acaba submetido ao trabalho forçado. Os autores concluem que o trabalho compulsório, mediado por dívidas, revela a permanência de práticas escravistas, marcadas pela negação de direitos, violência e preconceito. O décimo sétimo capítulo estuda uma manifestação cultural – o jongo – que demonstra a subjetividade, a memória e a identidade africana de um grupo. Já o capítulo 18 apresenta a trajetória de luta do movimento negro no Vale do Paraíba Paulista. Os autores destacam a importância desses movimentos para os avanços nas políticas de igualdade racial na sociedade.

Os capítulos 19 e 20 abordam temas relacionados à construção do racismo e à valorização da cultura afro-brasileira. O 19 tem como objetivo compreender as teorias científicas e o

contexto de propagação dessas ideias no Brasil, que contribuíram para a reprodução do racismo. Conclui-se que essas teorias defendiam e perpetuavam desigualdades sociais e raciais no país. O capítulo 20 destaca a importância de um ensino afrocentrado, bem como a contribuição dos livros didáticos e de professores capacitados para a efetivação de um ensino que valorize a cultura afro-brasileira. Os autores do capítulo concluem que a conscientização e o aperfeiçoamento dos professores são fundamentais para a implementação da Lei 10.639/03.

A obra é uma excelente coletânea para o campo do Pós-abolição, mas apresenta problemas que devem ser sanados em uma segunda edição. Um dos pontos negativos da obra são algumas tabelas que, devido à impressão em preto e branco, tornaram-se incompreensíveis. Os índices dos gráficos indicam três, quatro e até cinco cores, mas é possível visualizar apenas duas (gráficos das páginas 102, 103 e 104) no capítulo quinto. Além disso, as transcrições documentais, presentes ao longo de toda a obra, são numerosas e extensas, chegando a ocupar até uma lauda e meia. Embora as transcrições sejam do interesse do leitor, alternativas poderiam ser empregadas para tornar a leitura mais fluida, como a paráfrase ou a narração dos documentos.

Por outro lado, a obra é bem planejada e organizada. Nota-se que as organizadoras tiveram cuidado na seleção dos textos e na elaboração da coletânea. As organizadoras são coautoras de treze capítulos, o que favoreceu essa organização e a semelhança no alinhamento dos objetivos dos textos. Além disso, a obra é rica em fontes históricas, e os autores souberam utilizá-las de forma eficaz para alcançar os objetivos propostos em seus capítulos. Como, por exemplo, podemos citar o nono capítulo: “Maternidade contestada: luta e resistência da mulher no pós-abolição em São José dos Campos e Pindamonhangaba”, onde os autores, por meio do exame das ações de tutela, conseguem traçar a trajetória de resistência de mães que tiveram a capacidade de criar seus filhos questionadas. Há textos que apresentam uma análise qualitativa e interpretativa das fontes, como o capítulo quinto: “Ações de liberdade dos sexagenários em São José dos Campos (1887)”. Nele, os autores utilizam as ações movidas pelo Juiz de Órfãos, nas quais muitos escravizados, com base na Lei do sexagenário, recorreram à justiça para assegurar o direito à liberdade.

A coletânea conseguiu contornar uma das maiores dificuldades do campo de estudos do Pós-abolição: o acesso às fontes. Como destacado por Maria Hebe Mattos (2013) no livro: *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista, a menção à cor nos documentos oficiais do Estado tornou-se escassa a partir da segunda metade do século XIX, especialmente após 1889, quando mencionada estava associada a um viés de pré-julgamento. Nesse aspecto, a obra se destaca de forma notável em suas duas partes: a primeira, com os processos criminais que revelam as formas de resistência e agência desses sujeitos, colocando-os como protagonistas de suas próprias histórias; e a segunda, com ações de tutela, periódicos, manifestações culturais, o movimento negro e o ensino afrocentrado, que constituem o ponto alto da coletânea, tornando-a uma referência para os campos.*

A obra cumpriu o objetivo de trazer protagonismo e resistência aos escravizados e libertos, fundamentando-se em documentos históricos e vasta referência bibliográfica. Ao longo de todos os capítulos, os autores não apenas expuseram as fontes, mas também as interpretaram, apresentando as agências sociais desses agentes históricos em seus processos de inserção social. Por fim, embora a obra seja anunciada como destinada tanto a especialistas quanto ao público em geral, acredito que ela atende, de forma mais específica, ao público acadêmico interessado no campo da escravidão e pós-abolição, sobretudo

pelas descrições documentais excessivas, que tornam a leitura cansativa e dificultam sua finalização.

Referências

MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil, século XIX)*. 3ed. rev. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

PAPALI, Maria Aparecida; ZANETTI, Valéria Regina (Org.). *Escravidão e pós-abolição no Vale do Paraíba Paulista*. São Paulo. Editora: Intermeios. Ano da Publicação: 2022.

Sumário de *Escravidão e pós-abolição no Vale do Paraíba Paulista*

Apresentação

Prefácio: Nos vales oitocentistas: caminhos para a pesquisa histórica de Flávio Gomes.

Primeira parte: Escravidão do Vale do Paraíba Paulista

1 Resistência escrava em Taubaté: história de um levante.

2 Assassinato de feitor em Jacareí em 1881: “Você dizia que eu não era homem, mas sou homem de uma vez”.

3 Complexidade do mundo escravista: autonomia e fuga na cidade de São José dos Campos.

4 Escravizados em São José dos Campos: a busca pela liberdade jurídica.

5 Ações de liberdade dos sexagenários em São José dos Campos (1887).

6 Abolicionismo em Jacareí de 1880.

7 Abolição, abolicionismo, abolicionistas e emancipação no dicionário de Clóvis Moura.

Segunda parte: Pós-abolição no Vale do Paraíba Paulista.

8 Colônia orfanológica em São José dos Campos (1888-1891)

9 Maternidade contestada: luta e resistência da mulher no pós-abolição em São José dos Campos e Pindamonhangaba (1888-1891).

10 Tutelas e fugas em São José dos Campos e Pindamonhangaba.

11 A liberdade tutelada: enredos familiares no pós-abolição em Pindamonhangaba (1890).

12 Espiritismo e pós-abolição em São José Campos.

13 Tramas tuteladas e separação de famílias negras no pós-abolição em Pindamonhangaba.

14 Tutelas e saldadas: imposição de limites às mães libertas no pós-abolição.

15 “A moral e os bons costumes”: sobre comportamento “irregular e ofensivo” das órfãs de São José dos Campos e Jacareí no final do século XIX.

16 Em defesa da liberdade: o pós-abolição no jornal Gazeta Paulista de Guaratinguetá em 1907.

17 Jango no passado e no presente: comunicação e educação das relações étnicos raciais.

18 Movimento das comunidades negras em São José dos Campos.

19 Ciência e racismo no Brasil no século XIX.

20 O ensino da cultura afro-brasileira em sala de aula.

Resenhista



Bruna Santos Lima é mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe (PROHIS/UFS) e licenciada em História pela mesma universidade. ID Currículo LATES: <https://lattes.cnpq.br/4260785504889952>; ID ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-3117-0598>; e-mail: Brunnna745@gmail.com.

Para citar esta resenha

PAPALI, Maria Aparecida; ZANETTI, Valéria Regina (orgs.). *Escravidão e pós-abolição no Vale do Paraíba Paulista*. São Paulo: Intermeios. 2022. 345 p. Resenha de LIMA, Bruna Santos. Protagonismo de escravizados e libertos. *Crítica Historiográfica*. Natal, v. 6, n. 27, p. 28-33, jan./fev., 2026.

© – Os autores que publicam em *Crítica Historiográfica* concordam com a distribuição, remixagem, adaptação e criação a partir de seus textos, mesmo para fins comerciais, desde que lhes sejam garantidos os devidos créditos pelas criações originais. (CC BY-SA).